



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SÃO GABRIEL
CURSO DE GESTÃO AMBIENTAL**

Natiele do Canto Brasil

**A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO EM
SANTA MARGARIDA DO SUL/RS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SÃO GABRIEL

Natiéle Do Canto Brasil

**A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO EM
SANTA MARGARIDA DO SUL-RS**

Trabalho de conclusão de curso Bacharelado em
Gestão Ambiental da Universidade Federal do
Pampa - Campus São Gabriel , como requisito
parcial para a obtenção do Título de Bacharel
em Gestão Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ribeiro Alves

São Gabriel, RS

2025

Natiéle Do Canto Brasil

**A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO EM
SANTA MARGARIDA DO SUL-RS**

Trabalho de conclusão de curso Bacharelado
em Gestão Ambiental da Universidade Federal
do Pampa - Campus São Gabriel , como requi-
sito parcial para a obtenção do Título de Bacha-
rel em Gestão Ambiental

Aprovado em dia de mes de 2025:

Ricardo Ribeiro Alves, Dr. (UNIPAMPA)
(Presidente/Orientador)

Marines de Avila Heberle, Dra. (UNIPAMPA)

Suzy Elizabeth Bandeira Pinheiro, Dra. (UNIPAMPA)

São Gabriel, RS

2025

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças nos momentos difíceis e me guiar até aqui.
À minha família e amigos, por todo apoio desde o início da graduação até agora.
Ao meu orientador, pela paciência, pelas orientações e por acreditar na importância deste tema.
Agradeço também às mulheres agricultoras de Santa Margarida do Sul, que aceitaram contribuir com este estudo. Este trabalho é, uma tentativa de dar visibilidade e valor à luta de cada uma de vocês.
Aos colegas, professores e demais profissionais que fizeram parte da minha trajetória acadêmica.
Por fim, agradeço a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este momento se tornasse realidade. Muito obrigada!

RESUMO

A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO EM SANTA MARGARIDA DO SUL-RS

AUTOR: NATIÉLE DO CANTO BRASIL

ORIENTADOR: RICARDO RIBEIRO ALVES

O presente estudo aborda a importância da mulher na agricultura familiar e as desigualdades de gênero no espaço rural. Tem como objetivo analisar a realidade da agricultura familiar no estado do Rio Grande do Sul, evidenciando os desafios enfrentados pelas mulheres desse setor na busca por autonomia e independência financeira. A pesquisa está delimitada ao contexto socioespacial do Rio Grande do Sul e utiliza métodos qualitativos e quantitativos. Para a fundamentação teórica e análise da realidade estudada, foram utilizados artigos científicos, livros, estudos relacionados à temática e pesquisa a campo. Os resultados indicam que as mulheres vêm conquistando maior inserção e reconhecimento no meio rural. Observou-se que a taxa de desocupação feminina no estado é inferior à média nacional, o que demonstra avanços na busca por igualdade de gênero e valorização do trabalho feminino no campo.

Palavras-chave: Gênero. Mulher rural. Desigualdade.

LISTA DE FIGURAS

1	Você trabalha diretamente nas atividades da agricultura familiar?.....	18
2	Você participa das decisões sobre o que plantar ou como gerir a produção?.....	19
3	O seu nome está incluído nos documentos da terra ou da propriedade rural? .	19
4	Você já teve acesso a crédito rural em seu nome?	20
5	Já recebeu assistência técnica ou participou de cursos voltados para a agricultura?	20
6	Você participa de associações, cooperativas ou grupos de mulheres agricultoras?	21
7	Impacto da Covid-19.	21
8	Faixa etária das entrevistadas.	22
9	Estado civil das entrevistadas.....	22

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAF	– Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
DAP	– Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	– Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul
FAO	– Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	– Ministério do Desenvolvimento Agrário
PNATER	– Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	– Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	– Secretaria da Agricultura Familiar e Cooperativismo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	11
2.0.1	Mulheres na agricultura familiar	11
2.0.2	Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) .	13
2.0.3	inclusão das mulheres no PRONAF.....	15
3	METODOLOGIA	17
4	APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
	REFERÊNCIAS	26
	APÊNDICES	28

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar ocupa posição central na produção de alimentos, na conservação ambiental e na manutenção das comunidades rurais em todo o território brasileiro. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017, mais de 77% dos estabelecimentos agropecuários do país são classificados como de base familiar (IBGE, 2017), sendo fundamentais para o abastecimento interno e a segurança alimentar. No município de Santa Margarida do Sul, localizado na região da Campanha Gaúcha, esse modelo de produção representa uma parcela significativa da estrutura agrícola local, refletindo padrões que combinam tradição e inovação no manejo da terra e dos recursos naturais.

Nesse contexto, a presença da mulher assume papel de destaque. Por muito tempo invisíveis pelas estatísticas e desconsideradas nas análises socioeconômicas, as agricultoras familiares vêm ganhando espaço na produção rural e no debate público. Sua atuação ultrapassa o trabalho doméstico e o auxílio informal, abrangendo atividades produtivas, a gestão da propriedade e a participação política em associações e cooperativas (SCHNEIDER *et al.*, 2006). A partir de uma perspectiva analítica, é possível perceber que a contribuição feminina para a agricultura familiar não se limita ao apoio, trata-se de um protagonismo que vem sendo cada vez mais reconhecido, ainda que persistam desafios no acesso a políticas públicas, crédito, assistência técnica e titularidade da terra (SILIPRANDI, 2015).

Programas como o PRONAF Mulher têm buscado corrigir parte dessas desigualdades históricas, oferecendo crédito rural específico para mulheres agricultoras. Essa política representa um avanço relevante, embora seu alcance dependa de fatores locais, como a organização social, o acesso à informação e o suporte técnico. No município de Santa Margarida do Sul, investigar como essas políticas têm sido acessadas e quais impactos produzem na vida das agricultoras torna-se fundamental para compreender o processo de empoderamento feminino no campo.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a importância da mulher na agricultura familiar no município de Santa Margarida do Sul/RS, buscando compreender, de forma crítica, como sua atuação se expressa nas dinâmicas produtivas, familiares e comunitárias. Pretende-se, ainda, refletir sobre as dificuldades enfrentadas e os avanços obtidos a partir de políticas públicas específicas, conferindo visibilidade à realidade vivida por essas mulheres e ao seu papel na transformação do meio rural.

A participação das mulheres na agricultura familiar brasileira se destaca como elemento estratégico para o fortalecimento da segurança alimentar e a promoção da econômica coletiva. Em 2019, elas representaram cerca de 80% dos fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), superando significativamente os 20% atribuídos aos homens, o que evidencia sua crescente centralidade nas cadeias produtivas e nas redes de comercialização comunitária (AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2020; SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, 2024). Tal protagonismo decorre de políticas públicas que passaram a priorizar sua participação, como a exigência de, no mínimo, 40% de envolvimento feminino no PAA desde 2011 (AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2020). No entanto, persistem desafios relacionados ao acesso restrito à terra, ao crédito rural e à assistência técnica, barreiras que limitam a plena prosperidade e reconhecimento desse grupo (CONAB, 2020). Esse cenário entre protagonismo produtivo e persistência de desigualdades estruturais sinaliza a urgência de ações afirmativas intersetoriais que conciliem reconhecimento legal, apoio institucional e equidade de gênero no meio rural

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.0.1 Mulheres na agricultura familiar

A agricultura familiar, segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, é caracterizada por produtores que desenvolvem atividades econômicas no meio rural, cuja renda provém predominantemente dessas atividades, que não detenham área superior a quatro módulos fiscais, utilizem principalmente mão de obra familiar e administrem a propriedade com a participação da própria família. Essa definição atende à necessidade de fundamentar políticas públicas específicas para esse segmento. Contudo, outras abordagens que contemplam aspectos sociais e culturais da agricultura familiar também têm sido discutidas na literatura (SCHNEIDER, 2009; CONTERATO; SCHNEIDER; WAQUIL, 2010).

Em termos quantitativos, a agricultura familiar representa 84,4% das propriedades rurais brasileiras, com aproximadamente 378.546 estabelecimentos e área média de 19 hectares. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, 12,3 milhões de pessoas estavam vinculadas a esse setor naquele ano, sendo dois terços compostos por homens (IBGE, 2017).

A viabilidade socioeconômica da agricultura familiar está fortemente relacionada à mobilização da força de trabalho familiar, geralmente composta por pais e filhos. Como destacam Silvestro et al. (2001), na agricultura familiar não há separação entre trabalho e família, sendo comum que o local de moradia coincida com o local de produção.

Historicamente, a divisão do trabalho no meio rural seguiu padrões baseados em sexo e idade, com os filhos envolvidos nas atividades agrícolas e as filhas destinadas aos afazeres domésticos. Ao atingirem a idade adulta, os papéis se consolidavam, às mulheres cabiam as tarefas domésticas, enquanto os homens assumiam as atividades da propriedade (SILVESTRO et al., 2001). Essa estrutura, como apontam Menasche e Belém (1998), decorre de um processo cultural e histórico que atribui funções distintas a homens e mulheres no interior da unidade produtiva familiar.

Brumer *et al.* (2011) observam que, embora as mulheres representem uma força de trabalho significativa em cerca de 80% das propriedades familiares, sua atuação concentra-se nas atividades domésticas e de autoconsumo, com baixa inserção na gestão e comercialização da produção. Entretanto, sua contribuição para o sustento da família, tanto por meio da produção para o autoconsumo quanto da criação dos filhos, é fundamental, desafiando a ideia de um papel secundário em relação ao desempenhado pelos homens (PINTO; BRUSCHINI, 2001; HERRERA, 2015).

Di Sabbato et al. (2009) apontam que as principais atividades realizadas pelas mulheres são, a criação de aves e pequenos animais (80,6%), horticultura/floricultura (49,7%) e silvicultura (36,6%). Já os homens concentram-se nas lavouras (72,5%) e na pecuária (82,9%). Gasson e Errington (1993), ao estudarem agricultoras na Inglaterra, observaram que poucas mulheres operavam máquinas, realizavam plantios ou colheitas, tomavam decisões de compra de insumos ou assumiam financiamentos bancários. De modo geral, o trabalho das mulheres envolve atividades manuais, como colheita, processamento de alimentos, trato de animais e manutenção da horta, além das funções domésticas tradicionais, como cuidados com os filhos, preparo de refeições e organização da casa (BRUMER, 2004). A consequência dessa divisão é a "invisibilidade do trabalho feminino", que tende a ser desvalorizado frente ao trabalho masculino, tido como produtivo e gerador de renda (DEERE; LÉON, 2002; BRUMER, 2004; PAULILO, 2004; WOORTMANN, 1995).

Essa invisibilidade reflete-se na ausência de remuneração, segundo Di Sabbato et al. (2009), cerca de 80% das mulheres não recebem pagamento algum pelo trabalho realizado, e, entre as que recebem, a remuneração não ultrapassa quatro salários mínimos. Além disso, Carneiro (2001) e Deere e Léon (2002) destacam que a sucessão nas propriedades tende a privilegiar os filhos homens, considerados mais aptos à gestão da propriedade e à continuidade do negócio da família. A FAO (2010) mostra essa visão ao apontar que as mulheres, embora representassem 41% do emprego agrícola mundial em 2007, raramente são proprietárias das terras que cultivam.

Carneiro (2001) acrescenta que a divisão igualitária da terra entre homens e mulheres tende a ocorrer apenas quando a terra perde seu valor simbólico e coletivo, especialmente em situações em que não há filhos homens para suceder os pais. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, apenas 10% das propriedades do Rio Grande do Sul (cerca de 40 mil) são dirigidas por mulheres, das quais 75% já estão à frente da gestão há mais de dez anos, evidenciando a baixa participação de jovens mulheres na sucessão rural.

Apesar dos desafios, as mulheres vêm conquistando espaços no meio rural, especialmente por meio da articulação em movimentos sociais, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais. Esses movimentos têm pautado questões como o reconhecimento do trabalho da agricultora, a superação da invisibilidade de seu papel na unidade produtiva e a garantia de direitos sociais, como aposentadoria, licença-maternidade, sindicalização e acesso à saúde.

De acordo com a FAO (2012), as mulheres desempenham papel fundamental na segurança alimentar das famílias e no desenvolvimento rural. Ainda assim, sua contribuição segue sendo subvalorizada. Nos últimos anos, políticas públicas como a Reforma Agrária, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o acesso ao crédito rural vêm

contribuindo para uma nova perspectiva sobre o papel das mulheres na agricultura familiar. Essas ações visam valorizar o trabalho feminino e promover sua autonomia econômica, tanto em atividades agrícolas quanto não agrícolas.

2.0.2 Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, constituiu-se como um dos marcos mais relevantes nas políticas públicas voltadas ao meio rural brasileiro. Instituído pelo Governo Federal e inicialmente operado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o programa teve como finalidade central a concessão de crédito agrícola direcionado aos agricultores familiares. Conforme observa Hernández (2009), essa política representou o reconhecimento formal de uma categoria social até então pouco contemplada pelas estatais.

Schneider et al. (2004) destacam que o surgimento do PRONAF possibilitou a consolidação de um novo olhar sobre os trabalhadores do campo, rompendo com definições genéricas, como pequenos produtores, agricultores de subsistência ou de baixa renda. Assim, o Estado passou a legitimar as especificidades da agricultura familiar, compreendendo suas demandas e sua importância socioeconômica para o desenvolvimento rural.

O objetivo geral do programa, segundo os mesmos autores, é fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, gerar emprego e renda no meio rural, além de promover a melhoria da qualidade de vida dessas famílias. O PRONAF articula quatro objetivos específicos:

- Adequar as políticas públicas à realidade dos agricultores familiares;
- Garantir infraestrutura que favoreça o aumento da produtividade;
- Ampliar a profissionalização dos produtores, através do acesso à tecnologia;
- Facilitar o acesso a mercados de insumos e de comercialização.

Com o início do governo Lula, em 2003, houve uma reestruturação administrativa, com a criação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), vinculada ao MDA, a qual passou a coordenar o PRONAF. A partir do Plano Safra 2003/2004, observou-se a ampliação das linhas de financiamento, com a introdução de novas modalidades, como o Pronaf Mais Alimentos, Agroecologia, Semiárido, Turismo Rural e Pesca (SCHNEIDER et al., 2004).

As condições de acesso ao programa, os valores de crédito, as taxas de juros e os volumes de recursos disponibilizados são definidos anualmente pelo Governo Federal, por meio dos Planos Safra (HERNÁNDEZ, 2009). Desde sua implantação, os recursos destinados ao

PRONAF cresceram de forma significativa. O volume inicial, de R\$ 2,4 bilhões, superou R\$ 20 bilhões após 10 anos de existência. No Plano Safra 2014/2015, foram destinados R\$ 24,1 bilhões para linhas voltadas ao custeio e ao investimento em atividades agrícolas e não agrícolas (BRASIL, 2014).

Entre as linhas ofertadas, destaca-se o Pronaf Custeio, voltado a agricultores com renda bruta anual de até R\$ 360 mil. Além disso, há linhas específicas para práticas sustentáveis, como o Pronaf Floresta, Semiárido, Agroecologia e Eco, e para agregação de valor à produção, como o Mais Alimentos e o apoio à agroindústria. Outras modalidades contemplam cooperativas (Pronaf Cota-Parte), agricultores de baixa renda (Pronaf B), projetos com assistência técnica integrada (Pronaf Produtivo Orientado), além de linhas específicas para mulheres, jovens e assentados da reforma agrária (Pronaf Mulher, Jovem e A), todas com o objetivo comum de valorizar o trabalho rural e ampliar a geração de renda nas propriedades (MDA, 2014).

A comprovação da condição de agricultor familiar, requisito para o acesso ao crédito, é feita por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que pode ser emitida em nome do casal. Essa declaração é fornecida por sindicatos, empresas de extensão rural ou outras entidades reconhecidas pelo MDA (FERNANDES, 2008).

De modo geral, o PRONAF consolidou-se como uma política pública fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar, com ênfase na produção de alimentos, geração de renda, estímulo à permanência das famílias no campo e incentivo à sucessão rural, especialmente entre os filhos dos agricultores (BRASIL, 2014).

2.0.3 inclusão das mulheres no PRONAF

O acesso das mulheres trabalhadoras rurais às políticas de crédito agrícola no Brasil é fruto de uma trajetória marcada por mobilizações sociais e lutas por reconhecimento. Segundo Heredia e Citrão (2006), os avanços nesse campo resultam diretamente da atuação dos movimentos de mulheres, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, que passaram a questionar a invisibilidade histórica da mulher no campo e a ausência de políticas públicas que as contemplassem de forma efetiva.

Com a criação do PRONAF, em 1996, surgiu uma oportunidade concreta de inclusão produtiva no meio rural. No entanto, como aponta Hernández (2009), a inserção das mulheres no programa foi inicialmente muito restrita, refletindo uma estrutura machista ainda dominante nas políticas públicas voltadas ao meio rural. Em 2000, estimava-se que apenas 7% das mulheres rurais tinham acesso ao crédito por meio do PRONAF, o que reforça a desigualdade de gênero mesmo em programas voltados ao fortalecimento da agricultura familiar.

Diante desse cenário, e sob pressão dos movimentos sociais, o Governo Federal lançou, em 2001, uma portaria que estabelecia cotas mínimas de 30% dos recursos do PRONAF destinadas especificamente às mulheres. Ainda assim, conforme Melo (2003), a baixa procura por essas linhas de crédito revelava uma carência de informação entre as potenciais beneficiárias. Como resposta, foi criada, em 2003, uma linha específica: o PRONAF Mulher, voltado para projetos produtivos de interesse das agricultoras, com foco em atividades capazes de gerar ou ampliar a renda familiar (BRASIL, 2014).

Apesar da criação dessa linha específica, a participação feminina nos contratos de crédito do PRONAF continuou muito abaixo. Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005) indicam que, nos primeiros anos da década de 2000, mais de 80% das operações de crédito foram firmadas por homens. Ainda assim, os números começaram a melhorar com o passar dos anos. Em 2014, por exemplo, as mulheres já haviam contratado 106 mil operações de crédito até os primeiros meses do Plano Safra, superando o total do ciclo anterior.

Do ponto de vista burocrático, para acessar o crédito, as mulheres precisam reunir documentação pessoal, a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e um projeto técnico que comprove a viabilidade econômica da atividade pretendida. No entanto, o cumprimento desses requisitos encontra barreiras concretas.

Muitas mulheres enfrentam dificuldades dentro da própria dinâmica familiar, onde frequentemente não são reconhecidas como tomadoras de crédito. Predomina a figura do homem

como “chefe de família” e principal representante da propriedade perante as instituições financeiras, concentrando o conhecimento técnico, o contato com os bancos e a tomada de decisões sobre os investimentos. Além disso, como observa Hernández (2009), há um fator psicológico relevante: o medo da inadimplência e o receio de “fracassar” diante da comunidade.

Tal sentimento, muitas vezes intensificado pela ausência de apoio técnico e orientação, funciona como inibidor da autonomia feminina no campo. A falta de assistência técnica, aliás, é apontada como um dos maiores entraves à plena utilização dos recursos do PRONAF Mulher, dificultando tanto a elaboração dos projetos quanto o acompanhamento das atividades financiadas (Butto e Leite, 2010).

Outros obstáculos identificados na literatura incluem a burocracia, a exigência de um projeto produtivo detalhado e a escassez de informações claras. Esses fatores tornam o processo de solicitação de crédito menos acessível, sobretudo para mulheres com baixa escolaridade ou acesso limitado a redes de apoio técnico e institucional (Alves, 2006; Melo, 2003).

Mesmo com essas dificuldades, estudos demonstram que o acesso ao crédito tem sido um fator relevante para a ampliação da participação feminina nas atividades produtivas da agricultura familiar. Quando conseguem acessar essas linhas de financiamento, as mulheres passam a atuar de forma mais ativa e visível na produção, desconstruindo a imagem da mulher rural apenas como “dona de casa” e reafirmando sua importância na economia da propriedade (Brumer; Weisheimer, 2006). Dessa forma, o PRONAF Mulher, apesar de suas limitações, representa uma estratégia de valorização da presença feminina no meio rural e contribui para sua permanência e autonomia

3 METODOLOGIA

A metodologia, de acordo com Alves (2007, p. 54), “refere-se ao momento em que o pesquisador especifica o método que irá adotar para alcançar os objetivos propostos”. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e de caráter exploratório, com base em revisão bibliográfica.

Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, pois, conforme Alves (2007, p. 58), “o pesquisador colhe informações, examina cada caso separadamente e constrói um quadro teórico geral a partir das informações obtidas”. Em relação aos objetivos, adota-se uma abordagem exploratória, conforme Gil (2008, p. 27), que afirma: “têm como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

O delineamento metodológico inclui a pesquisa bibliográfica, elaborada com base em materiais já publicados, como definido por Gil (2010). Foram utilizados livros, revistas científicas, artigos, teses e sites acadêmicos, como a SciELO e os Periódicos da Capes, com o uso de palavras-chave como: mulheres, agricultura familiar, desenvolvimento rural e sustentabilidade, sem restrição quanto ao ano de publicação.

As entrevistadas foram selecionadas por meio de amostragem intencional, considerando critérios como: ser mulher, maior de 18 anos, residente em zona rural e integrante de unidade produtiva familiar cadastrada no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Ao todo, foram realizadas nove entrevistas com agricultoras que atendiam aos critérios estabelecidos.

Além disso, foram consultados documentos oficiais, como dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), informações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-Ascar) e registros da Prefeitura Municipal de Santa Margarida do Sul, com o intuito de contextualizar o perfil da agricultura familiar local e identificar políticas públicas de apoio às mulheres agricultoras. Esses dados secundários foram analisados de forma complementar às entrevistas, buscando as informações (TRIVIÑOS, 1987).

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), a qual consiste em três etapas principais: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Essa técnica permite sistematizar as falas das entrevistadas, identificando categorias temáticas que expressem suas experiências, dificuldades e estratégias de resistência no meio rural.

O estudo observou todos os princípios éticos da pesquisa científica, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. As participantes foram informadas sobre os objetivos da pesquisa e tiveram suas identidades preservadas.

Para a coleta de dados, foi elaborado um questionário com perguntas simples, objetivas e de fácil compreensão, com o objetivo de facilitar o diálogo e obter respostas mais espontâneas (Apêndice A). As entrevistas foram realizadas de forma presencial, por meio de visitas domiciliares, o que permitiu um contato direto com as participantes e um ambiente mais acolhedor para a troca de informações.

Durante as entrevistas, as respostas foram anotadas manualmente, preservando a integridade das falas e garantindo a autenticidade das informações. Após a coleta, os dados foram organizados em gráficos, observando a frequência e os principais temas levantados pelas participantes.

Apesar do número reduzido de entrevistadas, a pesquisa permitiu levantar aspectos relevantes sobre a atuação das mulheres na agricultura familiar, suas contribuições cotidianas, os desafios enfrentados e o reconhecimento, ou a ausência dele dentro e fora do ambiente rural. Os resultados obtidos servem de base para reflexões e discussões sobre a valorização do papel feminino no campo. A pesquisa foi realizada no Assentamento Novo Horizonte II, localizado no município de Santa Margarida do Sul/RS. Este assentamento possui significativa importância na produção agrícola do município, com destaque para o cultivo de arroz orgânico, produzido integralmente por agricultores familiares. A comunidade também participa ativamente de feiras da agricultura familiar, tanto no município quanto na região.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

As mulheres participantes da pesquisa têm idades que variam entre 18 e 58 anos. Em relação à escolaridade, nota-se uma diferença geracional marcante: enquanto as mulheres mais jovens possuem, em sua maioria, o ensino médio completo, as mulheres mais velhas apresentam, geralmente, apenas o ensino fundamental incompleto. Apesar dessa limitação, nenhuma das entrevistadas que acessaram o crédito rural por meio do PRONAF foi identificada como analfabeta, o que confirma os dados do Censo Agropecuário de 2006, segundo os quais grande parte dos agricultores familiares tem escolaridade restrita às séries iniciais.

Quanto à situação conjugal, a maioria das entrevistadas é casada e vive com o marido e os filhos, sendo comum a presença de dois filhos por família. Essa configuração familiar tradicional influencia diretamente a dinâmica da divisão do trabalho no ambiente rural.

No que se refere à inserção das mulheres nas atividades da propriedade, observa-se que sua participação é mais significativa nas tarefas domésticas e naquelas realizadas no entorno imediato da residência, como o cuidado com a horta, a criação de pequenos animais e a ordenha. Ainda que essas atividades sejam essenciais para a manutenção da propriedade e da segurança alimentar da família, a atuação das mulheres na gestão ou na tomada de decisão sobre a propriedade ainda é bastante limitada. Em muitos casos, elas também atuam na lavoura, auxiliando seus maridos nas atividades produtivas, o que caracteriza a vivência de uma dupla ou até tripla jornada de trabalho: dividem-se entre as tarefas do lar, os cuidados com a família e a participação nas atividades agrícolas.

Esse quadro mostra um padrão recorrente, já descrito por Sabbato et al. (2009), no qual os homens tendem a se concentrar nas funções consideradas produtivas, ou seja, aquelas que geram retorno financeiro direto e são socialmente mais valorizadas. Por outro lado, as mulheres permanecem na sua maioria nas esferas reprodutivas, como o trabalho doméstico e o cultivo para o autoconsumo, tarefas que, embora fundamentais, não recebem o devido reconhecimento econômico ou simbólico, nem no âmbito familiar, nem institucional.

Esse descompasso entre a importância real do trabalho feminino e a valorização atribuída a ele reforça as desigualdades de gênero no campo. As atividades desempenhadas pelas mulheres são, muitas vezes, são vistas como complementares, mesmo quando contribuem diretamente para a renda familiar ou para a segurança alimentar da família. O modelo predominante ainda é fortemente influenciado por uma lógica que valoriza apenas aquilo que é mercantilizado,

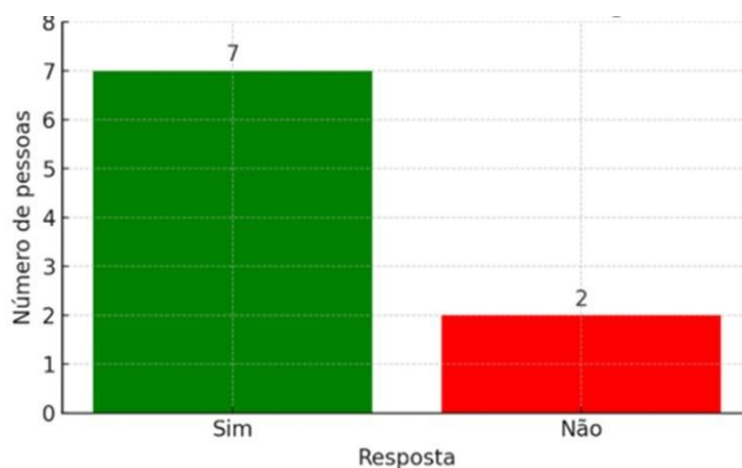
deixando de lado o trabalho reprodutivo e o cuidado de áreas femininas.

Assim, mesmo com sua ampla atuação na produção e no sustento da família rural, o papel da mulher continua sendo visto como secundário. A centralização das decisões produtivas nas figuras masculinas contribui para a exclusão das mulheres de políticas públicas mais efetivas e limita sua autonomia no meio rural. A pesquisa consistiu na aplicação de um questionário estruturado contendo questões fechadas e objetivas, abordando aspectos como a atuação direta na agricultura, a participação nas decisões produtivas, a titularidade da terra, o acesso a crédito rural e a assistência técnica.

Os dados coletados permitiram traçar um panorama da realidade vivida por essas mulheres, revelando desafios, avanços e oportunidades no contexto da agricultura familiar. A seguir, apresentam-se os gráficos com os principais resultados obtidos a partir das respostas das entrevistadas.

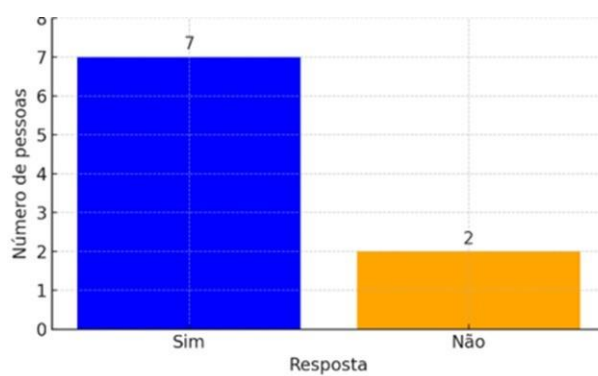
Das entrevistadas, 7 mulheres que responderam à pesquisa realizavam diretamente atividades na agricultura familiar e 2 não, que podem ser vistas na figura 1.

Figura 1 – Você trabalha diretamente nas atividades da agricultura familiar?



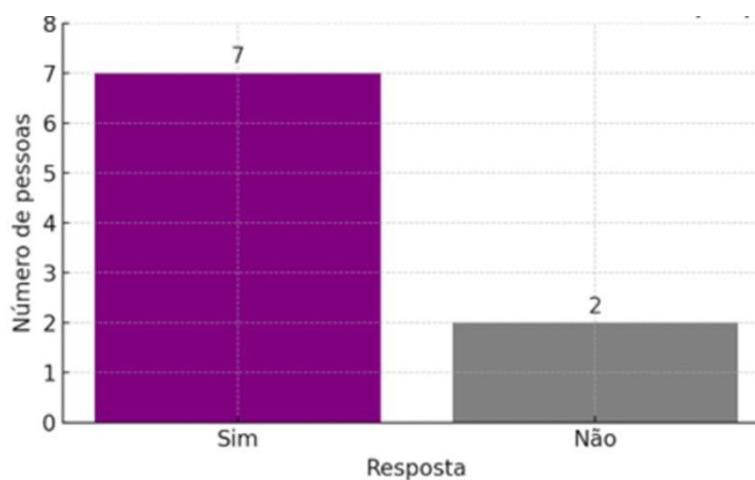
Grande parte das entrevistadas, respondeu que participa ativamente das decisões tomadas referente ao plantio e de como gerir a produção, como mostra a figura 2.

Figura 2 – Você participa das decisões sobre o que plantar ou como gerir a produção?



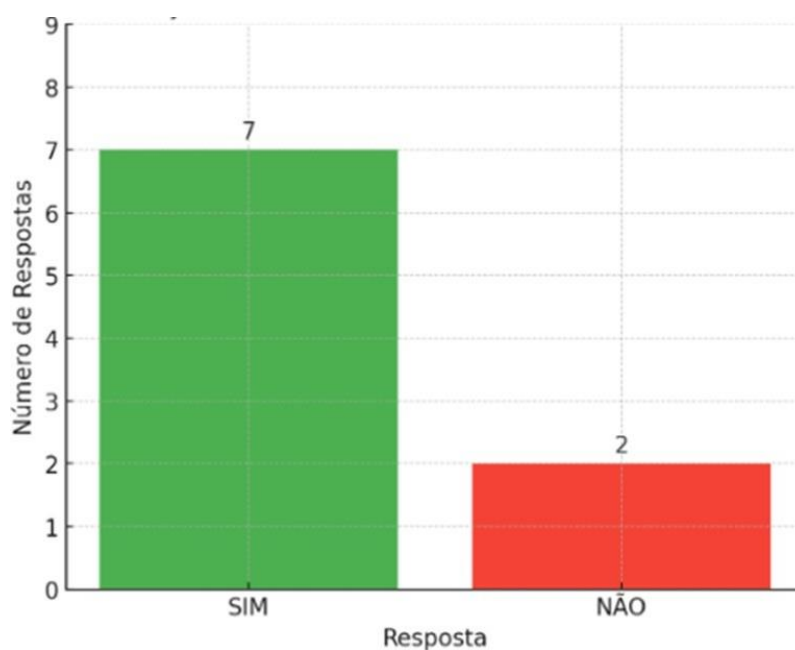
A maior parte das entrevistadas, afirmaram que tem sim seu nome incluído nos documentos das terras. O que facilita adquirir benefícios como financiamentos direcionados as mulheres, conforme ilustrado na figura 3.

Figura 3 – O seu nome está incluído nos documentos da terra ou da propriedade rural?



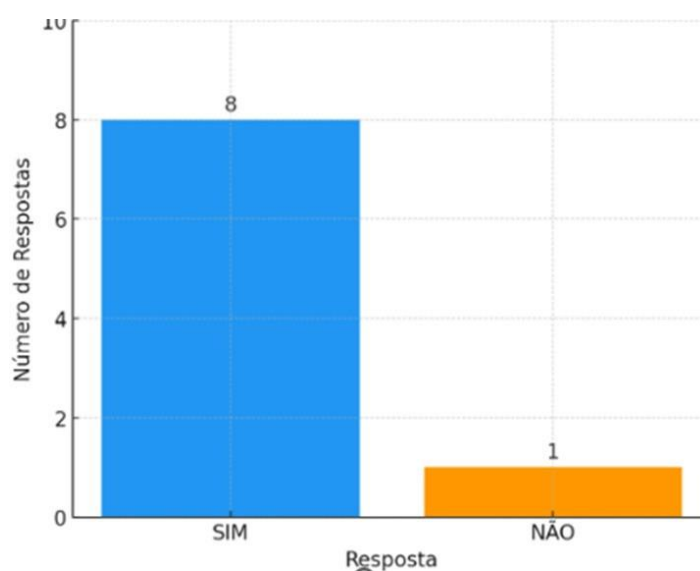
Das 9 mulheres entrevistadas, 7 responderam que tem ou já tiveram acesso a crédito rural no seu nome, podemos ver na figura 4.

Figura 4 – Você já teve acesso a crédito rural em seu nome?



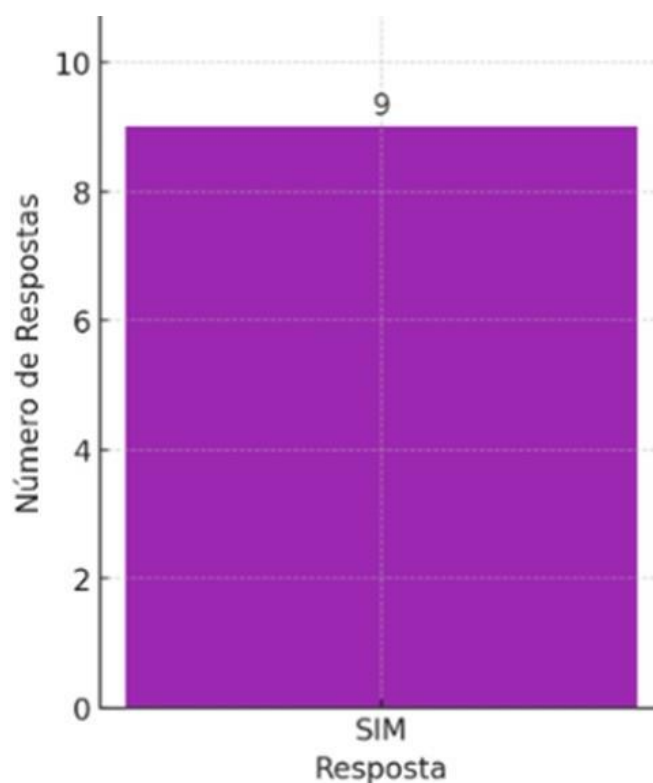
A Emater/RS é bem atuante na comunidade. Auxilia oferecendo oficinas e cursos para a comunidade e principalmente para as mulheres, como podemos ver na figura 5, 8 mulheres das 9 entrevistadas tiveram assistência técnica voltada ao meio rural.

Figura 5 – Já recebeu assistência técnica ou participou de cursos voltados para a agricultura?



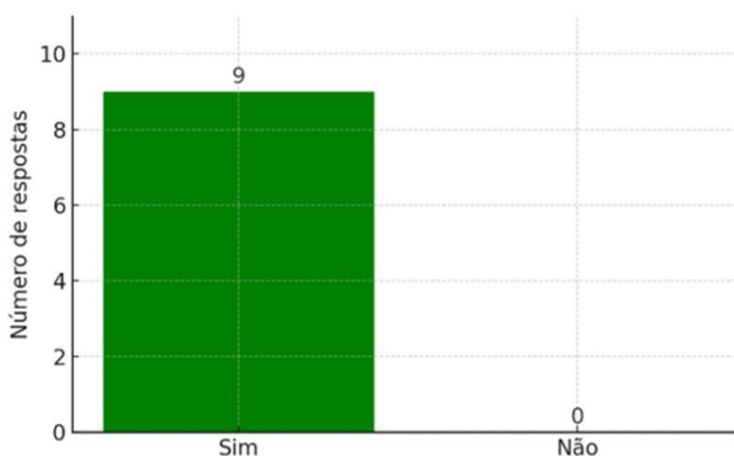
Na figura 6, podemos ver que 100% das entrevistadas participam de cooperativas ou grupo de mulheres agricultoras. Reforçando a importância que as mulheres têm quando trabalham em conjunto.

Figura 6 – Você participa de associações, cooperativas ou grupos de mulheres agricultoras?



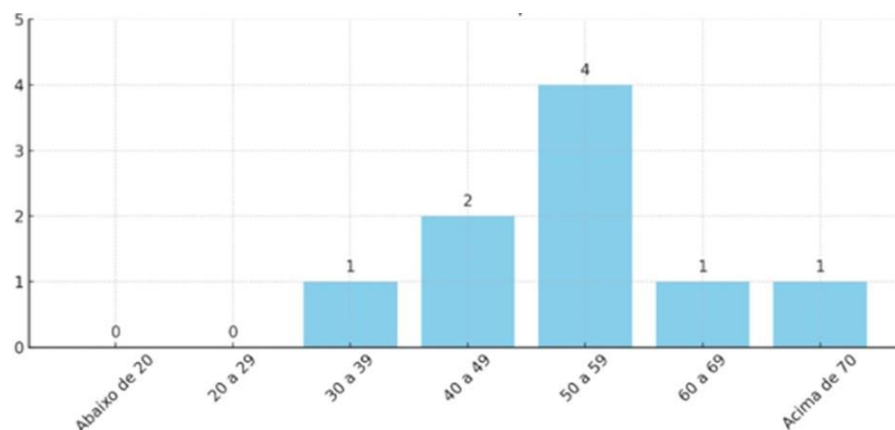
Todas as entrevistadas responderam que a pandemia da Covid-19 impactou de alguma forma a produção, seja na dificuldade de conseguir insumos, como também na falta de clientes, podemos analisar os dados na figura 7.

Figura 7 – Impacto da Covid-19.



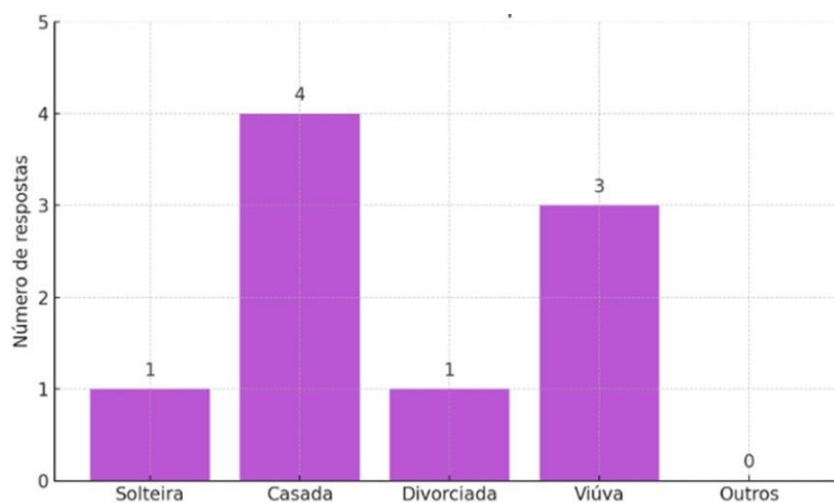
Foi possível analisar que grande parte das entrevistadas que atuam diretamente no campo, está numa faixa etária entre 50 a 59 anos, o que reforça a ideia de que mulheres de uma geração anterior, não possuíam acesso a escolaridade e a única opção que tiveram foi continuar no campo, a figura 8 ilustra essa afirmativa.

Figura 8 – Faixa etária das entrevistadas.



Grande parte das mulheres que responderam à pesquisa são casadas. Também temos um número considerável de mulheres viúvas, que seguem administrando a propriedade com ajuda dos filhos, como mostra a figura 9.

Figura 9 – Estado civil das entrevistadas.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu evidenciar a expressiva contribuição das mulheres agricultoras nas atividades produtivas que sustentam, direta e indiretamente, a economia familiar. Essa contribuição se materializa tanto na comercialização de produtos cultivados e beneficiados quanto na criação de animais, demonstrando sua inserção efetiva nos processos geradores de renda no meio rural.

Paralelamente, foi possível identificar o envolvimento dessas mulheres nas tarefas reprodutivas, como a manutenção do núcleo doméstico, bem como sua participação ativa em espaços de representação. Elas têm assumido o papel de interlocutoras junto a instituições como a EMATER e a Secretaria Municipal da Agricultura de Santa Margarida do Sul, além de atuarem em associações e espaços coletivos, onde buscam qualificação, informações técnicas e estratégias para aprimorar a apresentação e a comercialização dos produtos que oferecem.

A inserção dessas agricultoras em múltiplos espaços sociais tem contribuído para a reconfiguração do papel da agricultura familiar no município de Santa Margarida do Sul, historicamente marcado pela invisibilidade social e institucional. A atuação dessas mulheres, especialmente daquelas envolvidas com feiras locais, tem promovido maior visibilidade ao segmento, evidenciando sua relevância socioeconômica.

Outro ponto de destaque é a sobreposição de tarefas enfrentada por essas mulheres, que se desdobram entre funções produtivas e reprodutivas, configurando uma jornada múltipla e, por vezes, exaustiva. Ainda assim, opta-se por interpretar essa realidade sob a perspectiva do protagonismo feminino, uma vez que essas agricultoras assumem voluntariamente diversas responsabilidades, reafirmando sua importância na sustentação das famílias e na consolidação da agricultura familiar na região.

Por fim, é necessário reconhecer que a ampliação do espaço ocupado por mulheres no campo é resultado de um processo histórico de organização e mobilização social. Apesar dos avanços conquistados, ainda há desafios significativos a serem enfrentados, sobretudo no que diz respeito à desconstrução de paradigmas patriarcais e à valorização do trabalho feminino. Para que ocorra uma transformação estrutural mais profunda, torna-se imprescindível conferir visibilidade ao trabalho produtivo dessas mulheres e reconhecer seu impacto direto no desenvolvimento das propriedades rurais. Mesmo diante da histórica negligência quanto ao reconhecimento de sua atuação, essas agricultoras continuam a romper barreiras e a construir, cotidia-

namente, um novo cenário de protagonismo feminino no meio rural.

No campo da agricultura familiar, diversas pesquisas têm mostrado a sucessão rural como elemento chave para a continuidade rural. Por exemplo, Piva (2023) analisou, em seu TCC na UFSM, a atuação de instituições de extensão no processo de sucessão, destacando a importância de incentivo às gerações jovens para assegurar a viabilidade econômica das propriedades. De modo semelhante, Santos (2023), em estudo realizado em Nova Hartz (RS), identificou que 68,75 % dos filhos estavam confirmados como sucessores, fato atribuído ao apoio familiar e às condições estruturais das propriedades. Ainda, Barth (2018), em especialização sobre sustentabilidade em Teutônia (RS), demonstrou que jovens sucessores valorizam práticas agroecológicas, articulando preservação ambiental com produção sustentável. Essas contribuições evidenciam que a sucessão familiar, quando bem mediada por políticas públicas e apoio institucional, torna-se estratégica não apenas para manter o legado produtivo, mas também para fomentar a inovação socioambiental na agricultura familiar.

Em Santa Margarida do Sul, o gestor ambiental pode desempenhar um papel fundamental no fortalecimento das mulheres da agricultura familiar por meio de ações que integrem formação técnica, empoderamento socioambiental e acesso a políticas públicas. Ao planejar e implementar oficinas ecológicas e manejo sustentável de recursos. Podemos citar exemplos como compostagem, controle biológico de pragas e conservação do solo. Além disso, ao incentivar a organização em redes ou cooperativas locais, o gestor ambiental fortalece a participação das agricultoras em cadeias de comercialização, incluindo programas como o PRONAF MULHER (FAO, 2023), o que viabiliza fontes de renda alternativas e melhora a gestão comunitária da comunidade. Reconhecendo o potencial de liderança feminina no campo (UFVJM, 2016), o gestor contribui para a inclusão política e econômica das agricultoras, promovendo desenvolvimento sustentável, renda extra e empoderamento feminino dentro do segmento.

REFERÊNCIAS

- [1] BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- [2] BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 2006.
- [3] BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Plano Safra da Agricultura Familiar 2014-2015*. Brasília: MDA, 2014.
- [4] BRUMER, A. Mulheres agricultoras: trabalho e gênero no meio rural. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 515–539, 2004.
- [5] CARNEIRO, M. J. Trabalho, gênero e geração: a constituição da identidade das jovens rurais. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 112, p. 79–100, 2001.
- [6] CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S.; WAQUIL, P. D. Ruralidades e agricultura familiar: entre a pluriatividade e o desenvolvimento rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 351–378, 2010.
- [7] DEERE, C. D.; LÉON, M. *Gênero, propriedade e empoderamento: terra, Estado e mercado na América Latina*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- [8] DI SABBATO, A. et al. *Mulheres na agricultura familiar: desafios e potencialidades*. Brasília: NEAD/MDA, 2009.
- [9] FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *A situação da mulher rural*. Roma: FAO, 2010.
- [10] FAO. *Igualdade de gênero e segurança alimentar: estratégias para ação*. Roma: FAO, 2012.
- [11] FERNANDES, B. M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- [12] GASSON, R.; ERRINGTON, A. *The farm family business*. Wallingford: CAB International, 1993.
- [13] GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- [14] HERNÁNDEZ, F. G. Políticas públicas e agricultura familiar: uma análise do PRONAF. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 17, n. 1, p. 5–31, 2009.
- [15] HERRERA, A. A. A invisibilidade do trabalho da mulher rural no Brasil. *Revista Campo-Território*, Uberlândia, v. 10, n. 21, p. 152–178, 2015.
- [16] IBGE. *Censo Agropecuário 2017: Resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2025.
- [17] MENASCHE, R.; BELÉM, T. Relações de gênero na agricultura familiar: a construção do cotidiano em famílias de agricultores do Sul do Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 437–457, 1998.
- [18] MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- [19] PAULILO, M. I. O trabalho da mulher agricultora e a família. In: SILVA, J. G. da (Org.). *A nova face da terra: família, gênero e juventude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. p. 75–98.
- [20] PINTO, C.; BRUSCHINI, M. C. A. *Gênero, trabalho e cidadania*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- [21] SCHNEIDER, S. A pluriatividade e as novas ruralidades no Brasil: limites e possibilidades. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 66–91, 2009.
- [22] SCHNEIDER, S. et al. Construindo uma identidade: a trajetória da agricultura familiar no Brasil. In: ABRAMOVAY, R. (Org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável: desafios para a integração da América Latina e Caribe*. Brasília: FAO/NEAD, 2004. p. 105–134.
- [23] SILVESTRO, M. L. et al. *Família, trabalho e produção: o cotidiano da agricultura familiar em comunidades do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.
- [24] TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- [25] WOORTMANN, E. Herança, família e trabalho: a lógica do campesinato. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, n. 93, p. 113–140, 1995.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Análise Qualitativa das Respostas ao Questionário Aplicado às Agricultoras de Santa Margarida do Sul

Com o objetivo de compreender melhor o papel da mulher na agricultura familiar em Santa Margarida do Sul, foi aplicado um questionário simples e direto às agricultoras da região. As perguntas abordaram participação na produção, tomada de decisões, acesso a políticas públicas, envolvimento com organizações coletivas e impactos da pandemia. Abaixo, apresento uma análise qualitativa das principais respostas coletadas.

1. VOCÊ TRABALHA DIRETAMENTE NAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA FAMILIAR?

A grande maioria das entrevistadas respondeu que sim. As mulheres estão presentes diariamente nas lavouras, cuidando da produção, dos animais e até da comercialização. Muitas afirmaram que trabalham “tanto quanto ou mais” que os maridos ou demais membros da família, mesmo que essa contribuição nem sempre seja reconhecida formalmente.

2. VOCÊ PARTICIPA DAS DECISÕES SOBRE O QUE PLANTAR OU COMO GERIR A PRODUÇÃO?

As respostas foram divididas. Algumas mulheres relataram que têm voz ativa nas decisões da propriedade, especialmente quando o trabalho é feito em parceria com o esposo. No entanto, ainda existem casos em que as decisões são centralizadas pelos homens da família. Mesmo nas situações em que a mulher participa diretamente da produção, sua opinião nem sempre é levada em consideração, o que demonstra que ainda há desigualdade nas relações de poder dentro da unidade produtiva.

3. O SEU NOME ESTÁ INCLUÍDO NOS DOCUMENTOS DA TERRA OU DA PROPRIEDADE RURAL?

Embora ainda não seja realidade para todas, algumas mulheres já conseguiram garantir a inclusão de seus nomes nos documentos das propriedades rurais, o que representa um avanço importante rumo à igualdade no campo. Esse reconhecimento formal contribui para fortalecer

sua autonomia e facilitar o acesso a políticas públicas. Além disso, percebe-se um crescente interesse e conscientização sobre a importância de ter seus títulos próprios, o que abre espaço para futuras conquistas nesse aspecto.

4. VOCÊ JÁ TEVE ACESSO A CRÉDITO RURAL EM SEU NOME?

Algumas mulheres já acessaram crédito rural em seu próprio nome, especialmente por meio de programas como o PRONAF Mulher, o que demonstra que as políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar feminina estão alcançando seu público. As que obtiveram esse acesso relataram experiências positivas, ressaltando o papel fundamental de instituições como sindicatos, EMATER e cooperativas. Há um campo promissor para ampliar o alcance dessas iniciativas, principalmente com ações de orientação e incentivo.

5. JÁ RECEBEU ASSISTÊNCIA TÉCNICA OU PARTICIPOU DE CURSOS VOLTADOS PARA A AGRICULTURA?

Diversas mulheres relataram experiências enriquecedoras em oficinas, cursos e atividades promovidas por instituições como a EMATER e organizações locais. Essas formações foram vistas como oportunidades importantes para o aprimoramento das práticas agrícolas e fortalecimento do papel feminino no campo. Existe um grande potencial para expansão dessas ações, com uma demanda significativa por mais capacitações específicas e contínuas.

6. VOCÊ PARTICIPA DE ASSOCIAÇÕES, COOPERATIVAS OU GRUPOS DE MULHERES AGRICULTORAS?

Algumas agricultoras já estão inseridas em associações, cooperativas ou grupos de mulheres, o que fortalece seu protagonismo e promove a construção de redes de apoio e troca de saberes. Aquelas que participam destacaram benefícios como aumento da autoestima, acesso a informações e oportunidades de comercialização. A tendência é que, com mais incentivo e divulgação, mais mulheres possam se engajar nesses espaços coletivos e ampliar sua participação nos processos de organização social rural.

É possível perceber que muitas mulheres já estão conquistando espaços significativos dentro das propriedades, seja na gestão da produção, seja no envolvimento com associações e

na busca por qualificação. O acesso, ainda que tímido, ao crédito rural em nome próprio e a iniciativas de capacitação técnica apontam para um cenário promissor, desde que haja continuidade e fortalecimento dessas políticas e ações.

A valorização da mulher no contexto da agricultura familiar não é apenas uma questão de equidade de gênero, mas também de desenvolvimento sustentável, já que sua atuação direta contribui para a segurança alimentar, a diversificação produtiva e o fortalecimento das economias locais. Com mais informação, apoio institucional e incentivo à participação feminina, é possível promover uma agricultura familiar ainda mais justa, produtiva e inclusiva.

Este apêndice, portanto, não apenas apresenta um retrato da realidade vivida por essas mulheres, mas também reforça a importância de ouvi-las, reconhecê-las e envolvê-las cada vez mais nos processos de construção das políticas públicas voltadas ao meio rural.